



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.

Edição n.º 2253

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins..... 2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias..... 2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal..... 2

Súmulas de contratos..... 2

Editais..... 3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins..... 4

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA****BOLETIM N.º 370/2017**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o Dr. GILMAR BORTOLOTTI, Procurador de Justiça Substituto, para representar esta Instituição na definição dos critérios e o método dos trabalhos a serem realizados para a execução e consecução dos objetivos do Termo de Compromisso nº 110/2017, que tem por objeto fomentar a implantação e a consolidação do método APAC nas comarcas gaúchas como política pública para o cumprimento das penas privativas de liberdade no Rio Grande do Sul (PR.00686.00172/2017-0 - Port. 3479/2017).

- o servidor RODRIGO DE ARAUJO ALVES, ID nº 4307275, para exercer, em substituição, o Cargo em Comissão de Assessor Superior II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular Charles Masiero, ID nº 3436926, no que diz respeito à Chefia Administrativa da Secretaria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça (Port. 3445/2017).

REVOGAR

- a Portaria nº 4399/2015, que designou a servidora MARIANA ALLENDE CORRÊA, ID nº 3854493, para exercer, em substituição, o Cargo em Comissão de Assessor Superior II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular Charles Masiero, ID nº 3436926, no que diz respeito à Chefia Administrativa da Secretaria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça (Port. 3444/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**PORTARIA Nº 204/2017 - PF ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

O PROCURADOR DE FUNDAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 66 e 67 do Código Civil; o artigo 19, inciso II, alínea "a", da Lei Estadual n.º 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público - c/c os artigos 2º, §1º, 26 e 28 do Provimento nº 72/2008-PGJ, desta Procuradoria-Geral de Justiça, **APROVA** a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO IBERÊ CAMARGO**, com sede em Porto Alegre, RS, em conformidade com o que consta no PR.00031.00690/2017-3.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2017.

KELLER DORNELLES CLÓS,

Procurador de Fundações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**BOLETIM N.º 371/2017**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- a contar de 30 de outubro de 2017, a Dra. MICHELE TAÍS DUMKE KUFNER como Diretora da Promotoria de Justiça de Nonoai, até 30 de junho de 2018, exceto remoção/promoção que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3332/2017).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 27/10/2017, no Cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", ANDRIELI ROHDEN PIZETTA, tendo entrado em exercício em 27/10/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 120/2017
SGA Nº 00581.000.058/2017
SGCON Nº 02405.000.139/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2017**

CONTRATADA: EDUARDO RITA BEM -EPP, **OBJETO:** aquisição de material de expediente, abaixo discriminado:

Item	Descrição	Qtde.	Marca/Modelo	Valor unitário
6.1	Caneta preta (marcador permanente) p/CD.	200	LYKE/CD	R\$ 1,38

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 276,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nº 13.191/09 e nº 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nº 33/08 e nº 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 117/2017
SGA Nº 00581.000.058/2017
SGCON Nº 02405.000.136/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2017**

CONTRATADA; LIVRARIA E PAPELARIA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDAPRISCILA RAUBER HENGEMUHLE -EPP, **OBJETO:** aquisição de material de expediente, abaixo discriminado:



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2253

Item	Descrição	Qtde.	Marca/Modelo	Valor unitário
3.1	Caderno protocolo	30	Rotermund	R\$ 7,80
10.1	Cola em bastão	1.000	Pritt	R\$ 4,00
11.1	Cola super bonder	100	Superbonder	R\$ 6,00
13.1	Cordão para amarrar bandeira	20	Util	R\$120,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.034,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.º 13.191/09 e n.º 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.º 33/08 e n.º 47/05, Lei Complementar no 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n.º 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE
COMPRA E VENDA N.º 124/2017
SGA N.º 01236.000.062/2017
SGCON N.º 02405.000.145/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2016- PARÁ**

CONTRATADA: DRIVE A INFORMÁTICA LTDA., **OBJETO:** aquisição de 200 microcomputadores portáteis notebooks, com maleta de transporte e minimouse, conforme adesão à Ata de Registro de Preços n.º 01/2017 da Secretaria de Estado de Administração – SEAD, do Estado do Pará Pregão Eletrônico n.º 16/2016 **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 725.400,00 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5228/ 3031/ 3010; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02, Lei Estadual n.º 11.389/99 e Provimentos PGJ/RS nos 47/05.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de outubro de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA
N.º 118/2017
SGA N.º 00581.000.058/2017
SGCON N.º 02405.000.137/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 83/2017**

CONTRATADA: DAROS SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO LTDA; **OBJETO:** aquisição de material de expediente, em consonância com as especificações técnicas previstas no Anexo I do Edital.

Item	Descrição	Qtde	Marca/Modelo	Un	Valor Unitário
1.1	APONTADOR PARA LÁPIS C/ LAMINA	1000	TRIS/TRIS	Un	R\$ 0,48
2.1	BATERIA ALCALINA DE 9 VOLTS	30	ELGIN/ 9V	Un	R\$ 6,50
5.1	CANETA QUADRO BRANCO AZUL	200	MASTERP RINT	Un	R\$ 2,25

9.1	CLIPS METAL N.02 DE	2000	IARA	Cx	R\$ 1,22
9.2	CLIPS METAL N.06 DE	500	IARA	Cx	R\$ 1,22
14.1	CORRETIVO LÍQUIDO	1.000	ATIMA/ 18ML	Un	R\$ 1,18

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$4.647,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30 Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL** Leis Estaduais n.º 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.º 33/08 e 47/05, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02 e pelo Provimento PGJ/RS n.º 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 212/2017
Resultado do Edital n.º 205/2017
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO
(DEMP 19/10/2017)

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00832/2017-2, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n.º 205/2017.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.
BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 213/2017
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.
Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.
BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 214/2017
REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação do local em que será oferecida vaga para



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2253

provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 37/2017

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00723.00039/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Alécio Silveira Nogueira. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. **OBJETO:** Averiguar suposta prática da empresa Vivo S/A no sentido de que procede à extinção de seus planos de telefonia vigentes e fornece outro com aumento do valor da tarifa sem a anuência do consumidor, bem como não disponibiliza a conta telefônica detalhada aos usuários. **INVESTIGADO(S):** Vivo S/A. **LOCAL DO FATO:** Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00728.00044/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Débora Jaeger Becker. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **OBJETO:** investigar a oferta e comercialização de produtos impróprios para o consumo. **INVESTIGADO:** Elba Marques Soares ME (Açougue do Jeremias), com endereço na Rua Juvêncio Soares, 2050, Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00728.00045/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Débora Jaeger Becker. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **OBJETO:** investigar a oferta e comercialização de produtos impróprios para consumo. **INVESTIGADO:** Super Bento Comércio de Alimentos, com endereço na Rua Bento Gonçalves, n. 981, Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00141/2017. **Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul.** **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Janaina de Carli dos Santos. **CLASSIFICAÇÃO:** 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **OBJETO:** Manipulação, depósito, embalagem e transporte de carne

bovina sem inspeção sanitária. **INVESTIGADO:** Alexandre Godoz. **Local do Fato:** Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00768.00045/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** André de Azevedo Coelho. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. **OBJETO:** apurar a eventual dano aos consumidores em virtude de exposição de produtos à venda com prazo de validade vencido no supermercado Nacional, localizado na Travessa Germano Von Hohendorff, nº 100, em Esteio. **INVESTIGADO:** Supermercado Nacional. **LOCAL:** ESTEIO/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01631.001.121/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. **CLASSIFICAÇÃO:** 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. **OBJETO:** apurar suposta prática abusiva consistente na cobrança indevida de encargos de mora quando do pagamento de parcelas de débitos financiados aos consumidores, sem justificativa e discriminação. **INVESTIGADO(S):** Lojas Renner. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01631.001.754/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rossano Biazus. **CLASSIFICAÇÃO:** 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. **OBJETO:** Funcionamento irregular de drogaria. **INVESTIGADO(S):** Salem Farma Ltda. (SANAR). **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00872.00059/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Paula Regina Mohr. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. **OBJETO:** averiguar a regularidade das atividades desenvolvidas pela empresa. **INVESTIGADO:** Balduino Pires Soares. **Local:** Rincão dos Moscon, interior de Santo Angelo, RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. **TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00872.00046/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Paula Regina Mohr. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. **OBJETO:** averiguar a regularidade das atividades desenvolvidas pela empresa. **INVESTIGADO:** Marcos Luis Hunger & Cia Ltda. **Local:** Rua Antônio Gebert, nº 3222, Localidade de Buriti, Santo Ângelo, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01595.000.031/2016. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Vera Cruz. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Maria Fernanda Cassol Moreira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz. **OBJETO:** Abate clandestino de gado na propriedade de Alvino Geraldo Lange, em Vera Cruz-RS. **INVESTIGADO(S):** Alvino Geraldo Lange. **LOCAL DO FATO:** Linha Bom Jesus, Vera Cruz.



TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00929.000.168/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: Fiscalização no estabelecimento Banca das Frutas constatou apreensão de produtos com prazo de validade vencido e sem procedência. INVESTIGADO: Eva Geronice dos Santos -Banca da Frutas. LOCAL DO FATO: Veranópolis/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01654.000.182/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Brenusa Marquardt Corleta. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: Averiguar a regularidade registral da Coopermarço e a captação de clientes para aquisição de lotes, conforme anúncio. INVESTIGADO(S): Coopermarço (Luiz Gomes da Fonseca). LOCAL DO FATO: Igrejinha, RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2017.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do CAO de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 197/2017

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00718.00048/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Everton Luís Resmini Meneses. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: apurar o recebimento de dinheiro, pelo prefeito municipal sem lei autorizadora, com objetivo de efetuar obras nas estradas rurais para escoamento da produção. INVESTIGADO(S): Divaldo Vieira Lara – Prefeito. LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00718.00049/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Everton Luís Resmini Meneses. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: apurar a constitucionalidade das leis municipais nº 5.710/2017, 5.773/2017 e 5.682/2017. INVESTIGADO(S): Volmir Oliveira Silveira - Diretor do DAEB. LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00725.00030/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bianca Acioly de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da

Promotoria de Justiça de Bom Jesus. OBJETO: apurar possível ato de improbidade administrativa, consistente na omissão na prestação de informações constantes nos bancos de dados da administração pública municipal de Bom Jesus/RS. INVESTIGADO(S): Leisa Magaldi Ramos Becker. LOCAL DO FATO: Bom Jesus.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00725.00026/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bianca Acioly de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Bianca Acioly de Araujo. OBJETO: OBJETO: apurar a ocorrência de nepotismo no âmbito da administração municipal de São José dos Ausentes/RS INVESTIGADO(S): Ernesto Valim Boeira. LOCAL DO FATO: São José dos Ausentes.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00725.00023/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bianca Acioly de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Bianca Acioly de Araujo. OBJETO: OBJETO: apurar noticiada irregularidade na contratação temporária de assistente social pelo município de Bom Jesus, em detrimento de candidatos aprovados para o cargo no concurso público edital nº 001/2015. INVESTIGADO(S): Frederico Arcari Becker. LOCAL DO FATO: Bom Jesus.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00725.00027/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bianca Acioly de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Bianca Acioly de Araujo. OBJETO: OBJETO: apurar a ocorrência de uso indevido do automóvel à disposição do Conselho Tutelar de Bom Jesus. INVESTIGADO(S): Sumaya Velho Turella. LOCAL DO FATO: Bom Jesus.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00725.00024/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bianca Acioly de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Bianca Acioly de Araujo. OBJETO: apurar noticiada irregularidade na contratação temporária de Juliano Fava Machado, para o cargo de odontólogo, pelo município de Bom Jesus, em detrimento de candidatos aprovados para o cargo no concurso Público Edital nº 001/2015 INVESTIGADO(S): Frederico Arcari Becker. LOCAL DO FATO: Bom Jesus.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00729.00010/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maristela Schneider. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. OBJETO: averiguar eventual ato de improbidade administrativa em razão da omissão do município de Cachoeira do Sul quanto à fiscalização dos seus bens imóveis que estão sendo invadidos, bem como omissão na destinação dos bens públicos. INVESTIGADOS(S): Município de Cachoeira do Sul e o Prefeito Municipal Sérgio Ghignatti. LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00732.00059/2012. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2253

RESPONSÁVEL: Camile Balzano de Mattos.
CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã. **OBJETO:** verificar a ocorrência de atos de improbidade administrativa, além de danos ao erário, por infringência dos princípios da legalidade e moralidade administrativa, em razão de superfaturamento e/ou direcionamento nas licitações e contratações de serviços de sonorização e iluminação da Prefeitura de Camaquã.
INVESTIGADO(S): Ernesto Molon, ex Prefeito Municipal de Camaquã, Nadine Hillesheim Assis, RG n° 5051296753, CPF n° 616.273.210-04, residente na Rua José Custódio de Oliveira, n° 310, Camaquã/RS, Henrique Guilherme Sadosiuk, RG n° 5038104773, CPF n° 466.791.620-68, residente na Rua José Custódio de Oliveira, n° 310, Camaquã/RS, João Carlos Fagundes Machado, casado, agricultor, nascimento 29/08/1944, natural de Arambaré, residente na Rua Pinheiro Machado, 457, Centro, Camaquã/RS, CPF n° 0809110059, RG n° 4017747281, filho de Alcides Machado e Corina Fagundes Machado, Art Show Eventos (N H Assis), CNPJ n° 081.876.85/0001-39, endereço Av. Antônio Duro, n° 1268, Olaria, Camaquã/RS e H N Eventos LTDA-ME, CNPJ 08.187.685/0001-39, endereço Av. Antônio Duro, n° 629, Loja 1, Camaquã. **LOCAL DO FATO:** Camaquã.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00749.00003/2017. Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Alexandre Porto França. **CLASSIFICAÇÃO:** 6º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul. **OBJETO:** possível prática de improbidade administrativa, consiste em enriquecimento ilícito, por auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo. **INVESTIGADO(S):** agentes públicos. **LOCAL DO FATO:** Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00760.00048/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Encantado. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** André Eduardo Schröder Prediger. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. **OBJETO:** apurar a prática de possíveis irregularidades na contratação temporária, sem processo seletivo, de monitor de escola e professor de educação infantil pelo município de Encantado. **INVESTIGADO(S):** Adroaldo Conzatti **LOCAL DO FATO:** Encantado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00761.000.159/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Diogo Hendges. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. **OBJETO:** atos de improbidade administrativa por parte de funcionários da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul. **Notícia 00761.00003/2014. Autos Volumosos. INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Encruzilhada do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00761.000.194/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Diogo Hendges. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. **OBJETO:** análise/investigação quanto à noticiada compra de Refletores pelo município de Amaral Ferrador. **INVESTIGADO(S):** município de Amaral Ferrador. **LOCAL DO FATO:** Amaral Ferrador.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00761.000.195/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Diogo Hendges. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. **OBJETO:** transporte escolar de Amaral Ferrador. **INVESTIGADO(S):** município De Amaral Ferrador. **LOCAL DO FATO:** Amaral Ferrador.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00763.00022/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Erechim. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Karina Albuquerque Denicol. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. **OBJETO:** "investigar ocorrência de possível improbidade administrativa na indevida concessão de licença ambiental para realização de loteamento em Área de Preservação Permanente em desacordo com as determinações legais, suprimindo-se do processo administrativo laudo técnico assinado pelo geólogo Lucas Machado Antunes da Diretoria de Licenciamentos Ambientais que contrariava laudo apresentado pela empresa empreendedora". **INVESTIGADOS(S):** Gilberto Luiz Tomazin, Habitusul Empreendimentos Imobiliários Ltda, M Imóveis, Negócios e Incorporações Eireli-Me e Município de Erechim. **LOCAL DO FATO:** Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00766.000.129/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Estância Velha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Amorim Carpes. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha. **OBJETO:** apurar possíveis atos ímprobos na campanha eleitoral de Ivo Meggiolaro, no ano de 2016. **INVESTIGADO(S):** Ivo Meggiolaro. **LOCAL DO FATO:** Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00766.000.130/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Estância Velha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Amorim Carpes. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha. **OBJETO:** apurar possíveis atos ímprobos na campanha eleitoral de Ângela Maria Henrich Marmitt, no ano de 2016. **INVESTIGADO(S):** Ângela Maria Henrich Marmitt. **LOCAL DO FATO:** Estância Velha.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00783.00065/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Carolina Barth Loureiro Ingracio. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **OBJETO:** apurar a ocorrência de eventual dano ao erário pela execução parcial da Avenida São João, Bairro Parque dos Anjos, em Gravataí. **INVESTIGADO(S):** Município de Gravataí. **LOCAL DO FATO:** Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00783.00137/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Carolina Barth Loureiro Ingracio. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **OBJETO:** apurar a prática de ato de improbidade pelo descumprimento de requisitos de acessibilidade previstos na



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2253

legislação. INVESTIGADO(S): Marco Alba - Prefeito Municipal de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00794.00033/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Ballverdu Louzada. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. OBJETO: apurar o indevido manejo e descarte de medicamentos no ano de 2012, em Nova Ramada (RS). INVESTIGADO(S): Joceli Fernandes dos Santos. LOCAL DO FATO: Ijuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00824.00213/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo da Silva Brandalise. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: servidores recebendo pagamentos indevidos pela autarquia SANEP. INVESTIGADOS(S): Igor Molina Duarte, Ney Roger Leite e Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01812.000.115/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Piratini. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosely Teresinha de Azevedo Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Rosely Teresinha de Azevedo Lopes. OBJETO: apurar a regularidade do convênio firmado entre município de Piratini e ONG Amigo do Bicho à luz da lei nº 13.019/2014. INVESTIGADO(S): Município de Piratini, ONG Amigo do Bicho. LOCAL DO FATO: Piratini.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00852.00063/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: apurar desatendimento da câmara de vereadores de Rio Grande ao artigo 39, § 6º, da Constituição Federal (falta de informações no Portal da Transparência). INVESTIGADO(S): Câmara de Vereadores do Município de Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00059/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandra Carniel Antonio. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: apurar eventuais irregularidades no pregão presencial n. 02/2016, do consórcio PRÓ-SINOS. INVESTIGADO(S): Consórcio Pró-Sinos. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00861.00054/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: "investigar a ausência de controle da frequência e do trabalho efetivamente realizado pelos Assessores Parlamentares e/ou demais servidores nomeados em cargos em comissão na Câmara dos Vereadores de Santa Cruz do Sul, potencialmente facilitando a ocorrência de atos de improbidade administrativa que geram prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito e/ou ferimento aos princípios que regem

a Administração Pública". INVESTIGADO(S): Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00868.00021/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janor Lerch Duarte. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: investigar o possível fracionamento de contratação de obras e serviços como forma de burlar a obrigatoriedade de licitação, relativamente a reformas em escolas públicas realizadas a requerimento da Secretaria Municipal de Educação. INVESTIGADOS(S): Ivete Teresinha Soares Correa e Valdir Freisleben. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00868.00017/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janor Lerch Duarte. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: apurar a possível inexistência ou ineficácia dos mecanismos de gestão e fiscalização de contratos administrativos previstos no art. 67 da Lei 8.666/93. INVESTIGADOS(S): Alcides Vicini e Orlando Desconsi. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00868.00004/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janor Lerch Duarte. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: apurar possível prejuízo ao erário em decorrência da utilização da modalidade licitatória Convite em detrimento de outras supostamente mais vantajosas. INVESTIGADOS(S): Aldair Melchior e Fundação municipal de Saúde de Santa Rosa – Fumssar. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01688.000.388/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Augusto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcéli da Silva Serafim Preis. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto. OBJETO: acompanhamento e fiscalização da implementação, pelo Poder Legislativo do Município de Inhacorá/RS, dos dispositivos previstos na Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação. INVESTIGADO(S): Poder Legislativo do Município de Inhacorá. LOCAL DO FATO: Santo Augusto.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00879.00006/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Borja. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Denis Gustavo Gitrone. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja. OBJETO: apurar irregularidade nas exonerações de servidores municipais no período vedado pelo artigo 73, inciso V, da Lei nº 9.504/97. INVESTIGADO(S): Antônio Carlos Rocha Almeida. LOCAL DO FATO: São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01872.000.416/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: eventual



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de outubro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2253

prática de nepotismo pela nomeação da encarregada do RH Jaqueline Gama, cunhada do Secretário de Planejamento Roberto Mônaco Lopes. INVESTIGADO(S): Município De São Francisco De Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01872.000.407/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: irregularidades Administrativas da Câmara de Vereadores de São Francisco de Paula. INVESTIGADO(S): Município De São Francisco De Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01872.000.580/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: irregularidade por desvio de função do cargo de Coordenador do Abrigo Municipal. INVESTIGADO(S): município de São Francisco De Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00887.00066/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Cesar Sgarbossa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: apurar eventual desvio de finalidade na convocação de professora municipal para trabalhar em regime suplementar, no município de São Jerônimo. INVESTIGADO(S): município de São Jerônimo LOCAL DO FATO: São Jerônimo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01583.000.335/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Pereira Zibetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: apurar a ausência dos repasses decorrentes do Convênio firmado com a Prefeitura e a Casa-Lar, diante do atraso de 3 meses. INVESTIGADO(S): município de São José do Norte. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00911.00012/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ximena Cardozo Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara. OBJETO: possível dano ao erário por eventual ato impróbo nas contratações efetuadas pelo município de Rolante e distribuição de verbas públicas para a realização do XX FESTIVALE, em Rolante/RS. INVESTIGADOS(S): Ademir Gomes Gonçalves, Valdecy Morais Vieira. LOCAL DO FATO: Rolante.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01904.000.128/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Guilherme Santos Rosa Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: apurar

improbidade administrativa decorrente de lesão ao erário causada pelo pagamento a maior de despesas telefônicas no município de Barra do Guarita, nas gestões de 2010 e 2012. INVESTIGADO(S): César Tadeu Paier. LOCAL DO FATO: Barra do Guarita.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00922.00072/2012. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: investigar possível ato de improbidade administrativa, praticado por José Francisco Sanchotene Felice, Prefeito Municipal de Uruguaiana, consistente no pagamento indevido de valores ao Clube Caixerai, relativos à aquisição do acervo bibliográfico de "General Valentim Benício da Silva". INVESTIGADOS: José Francisco Sanchotene Felice, Prefeito Municipal de Uruguaiana e Clube Caixerai (Rua Santana, 2938, Bela Vista, Uruguaiana/RS). LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01726.000.194/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Butiá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Isabel da Costa Franco Santos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá. OBJETO: apurar a destinação irregular de verba do Fundo municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. INVESTIGADO(S): Município de Butiá. LOCAL DO FATO: Butiá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01726.000.220/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Butiá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Isabel da Costa Franco Santos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá. OBJETO: averiguar a regularidade da prestação dos serviços pelos Bombeiros Voluntários no âmbito do Município de Butiá. INVESTIGADO(S): Corpo de Bombeiros Voluntários de Butiá. LOCAL DO FATO: Butiá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01862.000.087/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Martin Albino Jora. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí. OBJETO: apuração de irregularidades na execução e fiscalização do Convênio nº 127/10 e seus aditivos posteriores, firmado entre o município de Salto do Jacuí e a Associação Pró-Desenvolvimento da cidadania de Candelária, Adeccan (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), no que se refere aos programas de atendimento à saúde conveniados, sobre a forma de contratação dos profissionais da área, a prestação de contas dos valores repassados e a fiscalização do cumprimento do referido convênio pelo Município, com consequente prejuízo ao erário público municipal, nos exercícios de 2010 a 2012.. INVESTIGADO(S): Hardi Richard, Associação Pro Desenvolvimento da Cidadania de Candelária - Adeccan, Ilton Larri Costa. LOCAL DO FATO: Salto do Jacuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01908.000.291/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Coroas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Ramos Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Coroas. OBJETO: o Sr. Carlos relata possível ato de improbidade cometido pelo município, consistente em compra de óleo diesel em valor superior ao



licitado e superior ao vendido ao consumidor comum. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Três Coroas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01175.00069/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carmem Lucia Garcia. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. OBJETO: apurar possível pagamento pela licença de uso de sistema integrado de gestão de saúde pública "G-mus" sem a sua efetiva utilização pela Administração do Município de Montenegro, nos anos de 2011 a 2017, causando prejuízo ao erário. INVESTIGADOS(S): Ana Maria Rodrigues, Angelo Kniest Daudt, Luiz Américo Alves Aldana e Miguel Ovidio Cunha Thomassim. LOCAL DO FATO: Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 02360.000.047/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: investigar possíveis irregularidades nos convênios firmados entre a Fundação de Assistência Social e Cidadania-FASC e a Associação de Moradores União Vila Pedreira-AMUVP, a partir do ano de 2012, consistentes em incorreções na execução do objeto, repasse de verbas e prestações de contas. INVESTIGADO(S): Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, Associação de Moradores União Vila Pedreira. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00017/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: averiguar as condições em que se encontra o prédio localizado na Rua dos Andradas, 384, nesta Cidade, que faz parte do Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Santana do Livramento, conforme Anexo IX, do Plano Diretor Participativo, Lei Complementar 45/2006, alterado pela Lei 51/2011. INVESTIGADOS(S): Clube Campestre de Santana do Livramento e Loja Vitrine Modas. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01623.000.362/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: "Apurar possíveis irregularidades no âmbito da Secretaria de Estado da Educação concernentes à: (i) preterição de candidato aprovado no Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Quadro de Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul - Edital SEDUC/RS nº 01/2013, por conta de contratações temporárias; (ii) favorecimento de professor contratado temporariamente na Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Barroso, na Ilha da Pintada, em Porto Alegre, em detrimento de ocupante de cargo efetivo." INVESTIGADO(S): Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 02360.000.110/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: investigar possíveis irregularidades/improbidade administrativa praticadas pelo senhor Antônio Carlos Silva de Almeida na gestão de fiscalização de contrato de telefonia da Secretaria de Segurança Pública-SSP, referentes a despesas com telefonia móvel no período de maio de 2008 a janeiro de 2011, incluindo o pagamento de ligações oriundas do telefone de nº 5184186534, que constava registrado como linha VAGA, tudo conforme o Processo de Tomada de Contas Especial nº 007212-0200/13-6, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul-TCE. INVESTIGADO(S): Antônio Carlos Silva de Almeida. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 02360.000.121/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: investigar possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, consistentes na ausência de registro do ponto eletrônico pelos servidores Liana Barbizan Tissiani, Vera Maria Gorczak Figueiro, Claudio Dilda, Lilian Maiara Zenker, Makelen Barbieri e Fernando Setembrino Cruz. Medeiros, ocorridas no ano de 2017. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 02360.000.093/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: investigar eventuais irregularidades ocorridas em reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH) da Câmara Municipal de Porto Alegre no dia 15 de agosto de 2017, quando o Vereador Cassiá Carpes, Presidente da Comissão, solicitou que os presentes se ausentassem da sala, infringindo Princípios da Administração Pública, em especial, o Princípio da Publicidade. INVESTIGADO(S): Jorge Antonio Dornelles Carpes. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 02360.000.094/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: investigar eventual infringência à Ordem de Serviço nº 005, de 13 de janeiro de 2017 da Prefeitura Municipal, que estabeleceu limites para a contratação de servidores para provimento de cargo em comissão na Administração Municipal, em razão de haver notícias de servidores municipais comissionados que percebem valores acima do teto fixado, dentre eles Edson Coelho de Souza Reis (Procurador-Geral da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre -



POCEMPA), a partir de 13.01.2017 até o presente momento. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre, Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre, Edson Coelho de Souza dos Reis. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 02360.000.058/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: "apurar eventuais irregularidades envolvendo o abandono e possível dilapidação patrimonial do Centro de Pesquisa Domingos Petroline, localizado no município de Rio Grande, pertencente à Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO, extinta em 16 de janeiro de 2017, em decorrência do advento da Lei Estadual nº 14.978/2017". INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Rio Grande, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01203.00039/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Míriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: investigar possíveis irregularidades referentes a médicos (as) credenciados (as) junto ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul-IPERGS que, inobstante o credenciamento, negam-se a prestar atendimento aos pacientes beneficiários do Instituto, bem assim, estariam efetuando cobrança indevida de valores por serviços médicos prestados, todos fatos relativos ao ano de 2016. INVESTIGADO: a Apurar e Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de outubro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa,

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.